

EUA rejeitam proposta de negociação do Brasil

E ministro diz por telefone que vai abandonar a transformação da dívida em bônus de saída

Washington — O secretário do Tesouro James Baker rejeitou ontem a proposta de redução do valor da metade da dívida brasileira com os bancos privados mediante sua conversão em títulos, mas aceitou que o Brasil negocie com os bancos a conversão voluntária de uma parte do débito em “bônus de saída”, antes de fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Em telefonema ao Brasil, o ministro Bresser Pereira anunciou que desistirá da proposta.

Os titulares da Fazenda dos países com as maiores dívidas externas do mundo concordaram em buscar uma solução “não revolucionária” para a dívida brasileira, que excede os 110 bilhões de dólares.

Baker e Luiz Carlos Bresser Pereira mantiveram na manhã de ontem por duas horas, o que este chamou de “excelente reunião”. Segundo o Departamento do Tesouro, Baker manteve com Bresser uma conversa “completa e franca sobre a situação econômica e financeira do Brasil, inclusive suas relações com os credores”.

“Mas Baker caracterizou como inviável a recém-divulgada proposta (brasileira) de converter em títulos a dívida existente”, acrescentou o Tesouro, sem entrar em detalhes.

O governo brasileiro havia proposto na semana passada reduzir em um terço o serviço da metade de sua dívida externa com os bancos privados, que alcança 70 bilhões de dólares, me-

diantes sua conversão em títulos, abaixo do valor e com taxas de juros do mercado, e em títulos de valor nominal, mas com taxas de juros inferiores às do mercado.

Bresser, numa improvisada entrevista coletiva, dada em português na escadaria do Tesouro, disse que suas propostas haviam sido mal interpretadas pela imprensa e que, ao serem apresentadas de forma inadequada, provocaram “pânico”.

“Ambos fizemos concessões”, explicou Bresser Pereira. “Baker aceitou a conversão de parte da dívida em títulos, enquanto nós concordamos em reduzir a proporção da dívida que tentaremos converter em títulos, a qual será inferior a 50 por cento”.

PROPOSTA

Bresser Pereira havia proposto, na semana passada, a conversão de até 50 por cento da dívida externa brasileira com os bancos privados, no montante de 70 bilhões de dólares, em bônus com taxa fixa de juros inferiores às vigentes no mercado, a fim de reduzir o custo do serviço em “cerca de 30 por cento”.

“Baker quer que apresentemos a proposta aos bancos de modo convencional, com alguns elementos não convencionais”, acrescentou o ministro.

Os chamados “bônus de saída” foram parte das negociações que a Argentina em-

preendeu no começo do ano com os bancos privados, a fim de permitir aos bancos que não quisessem participar de novos pacotes creditícios uma “saída” dos mesmos mediante a conversão de seus créditos em bônus a baixa taxa de juros.

A Argentina não obteve dos bancos a ceitação dos títulos, que significariam na prática uma redução de sua dívida externa.

Bresser assinalou que “a Argentina só conseguiu que dois bancos aceitassem os bônus”.

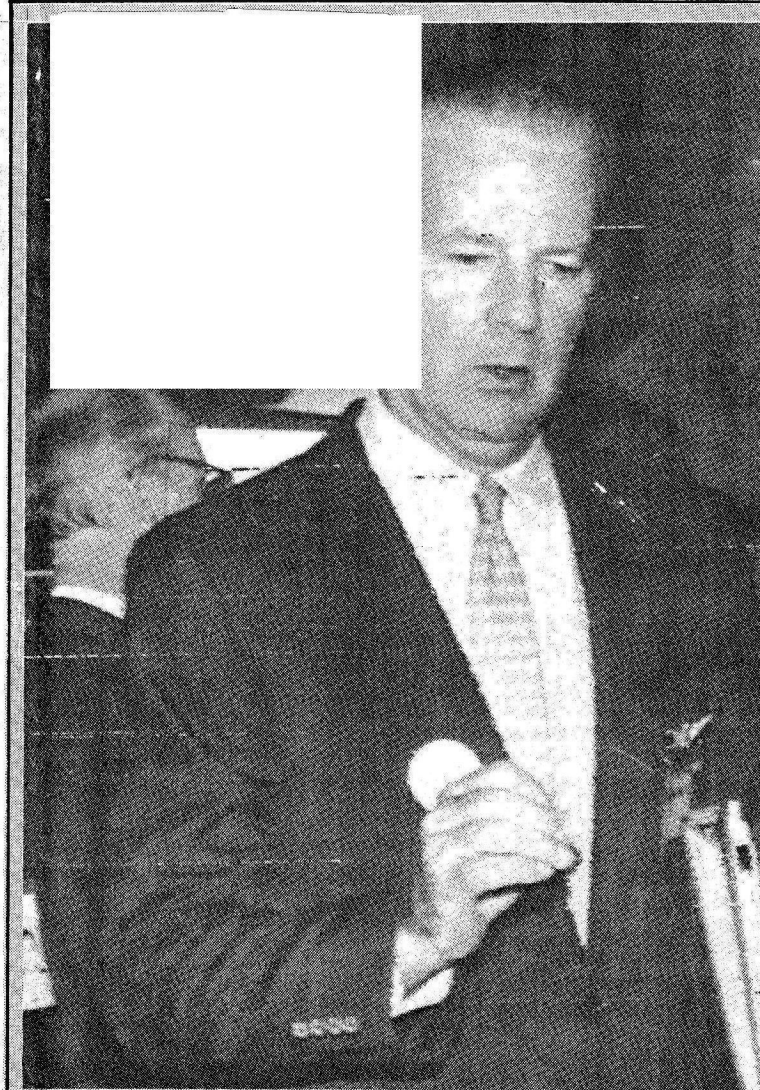
“Vamos propor condições mais atraentes”, acrescentou. “Os bônus terão um incentivo: se as condições do Brasil melhorarem, e se houver aumento das exportações, pagaremos mais”.

“Os bônus serão emitidos ao valor nominal da dívida”, assinalou. Sem dar novos detalhes, Bresser disse que pedirá também “prorrogação do pagamento dos juros”.

O Brasil suspendeu em fevereiro o pagamento de juros de sua dívida com bancos privados, e depois fez o mesmo com os pagamentos de capital ao Clube de Paris.

“Nosso objetivo, o objetivo do presidente José Sarney, é reintegrar o Brasil ao sistema financeiro internacional”, declarou o ministro. “Para isso inovaremos um pouco”.

“Mas não haverá uma revolução”, concluiu Bresser. O Brasil tem uma dívida externa de 112 bilhões de dólares.



Secretário desde o início do governo Reagan, primeiro como chefe do Gabinete Civil e depois já no Tesouro, James Baker III nunca escondeu suas posições conservadoras. Só não chocou ninguém porque seu antecessor na Secretaria, Donald Regan, era ainda mais conservador e menos permeável a qualquer ação que não atenda às estritas leis do mercado. O Plano Baker para renegociar a dívida visou justamente preservar os juros previstos pelos credores